



Demonstrações Financeiras  
Consolidadas  
**CONGLOMERADO  
FINANCEIRO**

30 de junho de 2021

## • Relatórios

Relatório da Administração .....	3
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	6
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Financeiro.....	8

## • Demonstrações financeiras consolidadas

Balancos Patrimoniais .....	14
Demonstrações do Resultado .....	16
Demonstrações do Resultado Abrangente .....	17
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	18
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	19

## • Notas explicativas

1. Contexto Operacional .....	20
2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras .....	20
3. Principais Práticas Contábeis .....	22
4. Caixa e Equivalentes de Caixa .....	26
5. Ativos Financeiros.....	27
6. Investimentos.....	38
7. Imobilizado.....	39
8. Intangível .....	39
9. Outros Ativos .....	40
10. Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos .....	40
11. Passivos Financeiros .....	41
12. Ativos e Passivos Fiscais.....	43
13. Provisões .....	46
14. Outros Passivos.....	48
15. Patrimônio Líquido.....	48
16. Receitas de Prestação de Serviços .....	49
17. Receitas de Tarifas Bancárias .....	49
18. Despesas de Pessoal .....	50
19. Outras Despesas Administrativas .....	50
20. Despesas Tributárias .....	51
21. Outras Receitas .....	51
22. Outras Despesas .....	51
23. Partes Relacionadas.....	51
24. Estrutura de Gerenciamento de Riscos .....	53
25. Suficiência de Capital .....	57
26. Informações Complementares.....	58
27. Acordo De Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S/A e J&F Investimentos .....	60
28. Eventos Subsequentes .....	60

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, acompanhadas das suas respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021. O conteúdo foi elaborado com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

### Cenário Geral

A primeira metade de 2021 foi caracterizada por surpresas positivas e recorrentes com a atividade econômica. Apesar do aumento do número de casos de COVID-19 nos seus primeiros meses, que culminou em novas restrições de mobilidade, o avanço do PIB no 1T21 ficou acima das expectativas. No mesmo sentido, os sinais emitidos pelas pesquisas mensais do IBGE sugerem um novo avanço no 2T21, o que desencadeou revisões altistas para o crescimento projetado para o ano em direção a pelo menos 5,0%. De fato, a aceleração na vacinação aponta para um bom segundo semestre, especialmente para os setores mais atingidos pela pandemia.

Ao mesmo tempo, temos observado uma sequência de choques inflacionários desde meados de 2020. As altas do câmbio e das commodities se somaram à falta de insumos (com a interrupção das cadeias produtivas em 2020) e ao estresse hídrico, que encarece a energia elétrica. Nesse ambiente, o IPCA acumulado em 12 meses atingiu 8,35% em junho, enquanto o IGP-M ultrapassou 35% no mesmo período. Espera-se uma desaceleração dos índices na segunda metade do ano, mas ainda para patamares elevados.

A perspectiva de normalização da economia, com forte aceleração da atividade e acompanhada de pressões de preços, levou o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) a iniciar um novo ciclo de alta dos juros em março. Depois de atingir sua mínima histórica de 2,0% ao ano, como parte do combate aos efeitos econômicos da crise, a taxa Selic chegou a 4,25% em junho e deve alcançar 7,25% ao final do ano, segundo o nosso cenário base. Em resumo, a conjuntura se mostra positiva, mas não está livre de desafios.

### No Original

Acreditamos na liberdade financeira. Nascemos assim ao sermos pioneiros na abertura de conta 100% digital, promovendo um acesso mais fácil e rápido ao sistema monetário. Acreditamos que por meio dos nossos produtos e serviços os clientes possam conquistar e realizar seus objetivos e seus sonhos.

Criamos um banco para que ele tivesse o melhor dos dois mundos: ser completo, no qual o cliente não sente a necessidade de ter uma outra conta em uma instituição financeira tradicional; e uma experiência digital única, a preços competitivos.

Nosso diferencial é ir além de sermos um banco digital. Somos completos, com o melhor da tecnologia e com atendimento humano, respeitando a liberdade de escolha dos clientes. Estamos em dia com todas as questões regulatórias impostas para ao segmento S3 e, conforme será mostrado no resultado, geramos retorno aos acionistas. Assim

sendo, 2020 foi um ano de entregas estruturais que nos permitiu iniciar 2021 com todas as verticais (denominação de nossas áreas de negócios) funcionando, gerando receita e margem positiva e apesar dos desafios ligados ao COVID-19, apresentamos crescimento nas nossas linhas de negócio com reflexo no nosso resultado.

Para isso, disponibilizamos um portfólio completo nas mais diferentes áreas de atuação que chamamos de alavancas de crescimento sustentável. Uma sólida atuação no atacado, com uma carteira de crédito superior a R\$ 5,9 bilhões e com uma taxa de inadimplência de 0,1%.

Um varejo diversificado e crescente, com atuação junto às pessoas físicas. Com mais de 4,6 milhões de clientes (aumento de 31% na base), a vertical atingiu, no primeiro semestre de 2021, uma carteira de crédito de R\$ 2,5 bilhões (crescimento de 130%). Vale ressaltar uma variação positiva de 142% na receita decorrente de serviços e produtos do atual semestre em relação ao anterior. O que denota o caminho que estamos seguindo de não apenas trazer clientes para nossa base, mas fazer com que eles utilizem efetivamente o banco.

No que tange a atuação da vertical empresas, contamos com uma base de 215 mil clientes (aumento de 54% na base), que vão do empreendedor individual (EI, MEI EIRELI) a MPE, com sócios. São R\$ 386 milhões de carteira de crédito em uma operação que está no começo.

Atingimos ainda um público mais abrangente do que os nossos 4,6 milhões de clientes, pelos serviços disponibilizados para outros bancos e *fintechs*, pela divisão de BaaS – *Bank as a Service*, a Original Hub, empresa do conglomerado criada com tal finalidade. Registramos mais de 26 milhões de transações no período, feitas através das APIs oferecidas ao mercado. Atualmente, mais de 95% do processamento de pagamentos feitos pela Original Hub advém de *fintechs*, bancos digitais e tradicionais (aproximadamente 60 parceiros) que não são o Banco Original.

Nossa atuação extrapola a base de clientes quando consideramos a vertical de não-correntistas e os serviços bancários oferecidos. No primeiro semestre de 2021 registramos mais de 2,6M de operações e contamos com uma carteira de crédito que já ultrapassa R\$ 654 milhões.

Acreditamos em um aumento da base de clientes sustentado na qualidade dos serviços oferecidos, na segurança das operações e na rentabilidade. No Original, centramos as forças para ter uma base ativa, que realmente traga suas operações bancárias para suas contas e que aproveitem os serviços e produtos oferecidos. Não acreditamos em um crescimento de base exagerado, sem uma noção clara de rentabilização a médio prazo. Preparamo-nos para o advento do *Open Finance*. Somos uma das poucas instituições do nosso porte a participar de todas as etapas como voluntários e estamos prontos para a implementação dessa nova realidade do sistema financeiro. Essa transformação vai impactar de forma positiva a vida das pessoas e proporcionar novos negócios para o Original. O início das operações do *Open Finance*, juntamente com o fato de sermos um banco centrado em micro serviços e APIs, nos traz a expectativa de ainda mais crescimento nas diferentes verticais de negócios.

Com índice de inadimplência controlado e abaixo dos padrões do mercado; Índice de Basileia acima do regulatório (9,85% em junho); Carteira de crédito de R\$ 9,5 bilhões e carteira de *funding* de R\$ 13,5 bilhões; Crescimento de 23% da carteira de crédito e 97%

da margem financeira bruta: o lucro contábil apurado no primeiro semestre de 2021 foi de R\$ 68 milhões.

Assim sendo, seguimos atuando para equilibrar os quatro pilares de nossa sustentação.

### **Para o cliente**

Oferecemos tudo o que ele precisa em um banco completo, justo e com uma experiência única de maneira 100% digital.

### **Na visão da nossa força de trabalho**

Construímos no dia a dia um ambiente saudável, com clima agradável, que respeita as diferenças em um mercado competitivo e promissor.

### **Na nossa relação com o regulador**

Cumprimos todas as normas que nos são apresentadas para o segmento S3.

### **Para os acionistas**

Geramos lucro e apresentamos alavancas definidas para uma sequência sustentável de crescimento sólido.

### **Agradecimentos**

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 17 de agosto de 2021

A Administração

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Banco Original S.A (Original) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao Conselho de Administração (Conselho).

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho e supervisionada pelo Comitê e atua de forma objetiva e independente adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados.

A Auditoria Interna provê o Conselho, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Original.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Original e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve contratação de serviços adicionais da empresa de auditoria externa nos 2 (dois) últimos anos, incluindo o período em análise.

O Comitê reuniu-se 8 (oito) vezes no primeiro semestre de 2021, realizando 29 (vinte e nove) reuniões. Destas, 6 (seis) com a Auditoria Interna, 3 (três) com a empresa de auditoria independente e 20 (vinte) com os gestores de negócios e de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da Auditoria Interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2021.

Nenhuma recomendação foi emitida para o semestre findo em 30 de junho de 2021.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2021 do Original foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Original.

Não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria, em relação às demonstrações financeiras para o período em análise.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Original.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas do semestre findo em 30 de junho de 2021.

São Paulo, 16 de agosto de 2021

O Comitê de Auditoria

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO**

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração do

**Banco Original S.A. (Instituição líder do Conglomerado Financeiro)**

São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original (“Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Original, em 30 de junho de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original”. Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3.c.1.4.1 e 5.1.e.1 para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Conglomerado classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores/garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. Nesse sentido, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Conglomerado sobre a classificação de risco. Devido à relevância das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito e do montante de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o fato do cálculo da referida provisão basear-se em premissas e julgamentos feitos pela administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

## **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, bem como as metodologias, premissas e dados internos de avaliação dos níveis de risco (“*ratings*”) que suportam a classificação das operações e suas principais premissas.

Verificamos, com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos *ratings* dos clientes do Conglomerado com base nas políticas internas de crédito, tais como a análise de crédito, informações financeiras e cadastrais, garantias e plano de recuperação judicial, que inclui as metodologias e premissas utilizadas para definição do *rating* em relação as políticas internas do Banco Original e a determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Analisamos o cálculo aritmético da provisão, incluindo na avaliação o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, como *ratings* mínimos em relação aos dias em atraso, atribuição do pior *rating* para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do *rating* anterior para casos de renegociação/ recuperação do crédito.

Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o nível de provisionamento é aceitável no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

## **Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3d e 12.d, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original incluem ativos relativos a créditos tributários. Os créditos tributários sobre adições temporárias, são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período base. Devido à relevância dos saldos relativos a esses créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura, alto grau de julgamento, considerando premissas econômicas e de crescimento do Banco e pelo impacto que eventuais alterações destas premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes, referentes ao processo de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros, bem como, aquelas utilizadas nas projeções das diferenças temporárias, a qual é base para a avaliação sobre a realização e ativação dos saldos de créditos tributários.

Com o suporte técnico dos nossos especialistas, testamos a razoabilidade e consistência dos métodos, premissas e dados utilizados na preparação do plano de negócios do Conglomerado além do estudo técnico e a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários, bem como, a avaliação feita pelo Conglomerado dos eventuais efeitos na conjuntura econômica em suas projeções de resultados futuros.

Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas são apropriadas em relação às normas vigentes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

### **Outros assuntos - Demonstrações Financeiras Individuais**

O Banco Original S.A., instituição líder do Conglomerado, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o semestre findo em 30 de junho de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente sem modificações em 17 de agosto de 2021.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original e o relatório do auditor**

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original.

## **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de agosto de 2021



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Andre Dala Pola  
Contador CRC 1SP214007/O-2

## BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>180.481</b>	<b>40.323</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>14.927.900</b>	<b>13.350.759</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>14.727.688</b>	<b>13.057.016</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1.a	238.155	446.950
Títulos e valores mobiliários	5.1.b.1	4.612.509	3.916.681
Derivativos	5.1.c.1	55.191	79.133
Relações interfinanceiras	5.1.d.1	654.615	1.180.262
Carteira de crédito		9.167.218	7.433.990
Operações de crédito	5.1.e.1	6.527.697	5.207.202
Outros créditos com características de concessão de crédito	5.1.e.1	2.958.232	2.475.995
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.1.e.1	(318.711)	(249.207)
<b>Outros instrumentos financeiros</b>	5.1.f.1	<b>200.212</b>	<b>293.743</b>
<b>Ativos fiscais</b>		<b>577.221</b>	<b>556.530</b>
Ativos correntes	12.b	66.811	51.237
Ativos diferidos	12.d	510.410	505.293
<b>Investimentos</b>		<b>10.299</b>	<b>92.854</b>
Investimentos em participação em controladas	6.a	8.345	90.900
Outros investimentos	6.b	1.954	1.954
<b>Imobilizado</b>		<b>99.877</b>	<b>99.642</b>
Imobilizado de uso	7.a	193.109	178.789
Depreciação acumulada	7.a	(93.232)	(79.147)
<b>Intangível</b>		<b>682.356</b>	<b>865.314</b>
Ativos intangíveis	8.a	1.180.429	1.244.450
Amortização acumulada	8.a	(498.073)	(379.136)
<b>Outros ativos</b>	<b>9</b>	<b>492.980</b>	<b>258.981</b>
<b>Provisões para redução ao valor recuperável de ativos</b>	<b>10</b>	<b>(8.607)</b>	<b>(13.713)</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>16.962.507</b>	<b>15.250.690</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
<b>Passivos financeiros</b>		<b>14.565.185</b>	<b>13.027.437</b>
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>		<b>14.509.669</b>	<b>12.960.644</b>
Depósitos	11.1.a	8.230.706	7.816.524
Captações no mercado aberto	11.1.b	168.776	73.195
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.1.c	5.112.977	4.571.535
Relações interfinanceiras	5.1.d.2	990.948	477.991
Obrigações por empréstimos e por repasses	11.1.e.1	-	5.186
Derivativos	5.1.c.1	6.262	16.213
<b>Outros passivos financeiros</b>	11.1.f	<b>55.516</b>	<b>66.793</b>
Passivos fiscais		86.129	39.752
Passivos correntes	12.c	52.976	20.073
Passivos diferidos	12.f	33.153	19.679
<b>Provisões</b>	13.a	<b>62.717</b>	<b>59.522</b>
<b>Outros passivos</b>	14	<b>90.837</b>	<b>127.882</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>2.157.639</b>	<b>1.996.097</b>
Atribuído ao líder do conglomerado		2.010.441	1.857.711
Capital Social	15.a.1	2.230.001	2.130.001
Outros Resultados Abrangentes	15.d	1.095	14.417
Prejuízos Acumulados		(220.655)	(286.707)
<b>Participação das instituições não líderes do conglomerado</b>		<b>147.198</b>	<b>138.386</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>16.962.507</b>	<b>15.250.690</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Rendas da intermediação financeira</b>		<b>782.750</b>	<b>683.723</b>
Rendas de operações de crédito	5.1.e.2	679.616	1.057.320
Resultado em operações com títulos e valores mobiliários	5.1.b.2	122.850	236.242
Resultado em instrumentos financeiros derivativos	5.1.c.3	(18.110)	(688.742)
Resultado em operações de câmbio	5.1.f.2	(1.606)	78.903
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(214.108)</b>	<b>(395.716)</b>
Despesas em operações de captação no mercado	11.1.d	(214.087)	(395.493)
Despesas em operações de empréstimos e repasses	11.1.e.2	(21)	(223)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>568.642</b>	<b>288.007</b>
<b>Resultado das provisões para perdas</b>		<b>(99.772)</b>	<b>(150.746)</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.1.e.7	(113.409)	(162.921)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.1.e.7	13.637	12.175
<b>Receitas / (despesas) operacionais</b>		<b>(335.937)</b>	<b>(476.287)</b>
Receitas de prestação de serviços	16	69.677	38.669
Receitas de tarifas bancárias	17	56.036	17.333
Despesas de pessoal	18	(170.498)	(162.594)
Outras despesas administrativas	19	(438.800)	(304.451)
Despesas tributárias	20	(50.102)	(18.622)
Resultado de participações em controladas	6.a	(29.900)	(43.589)
Outras receitas	21	263.150	31.780
Outras despesas	22	(35.500)	(34.813)
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>		<b>132.933</b>	<b>(339.026)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>12</b>	<b>(51.522)</b>	<b>138.994</b>
Provisão para imposto de renda		(42.314)	(240)
Provisão para contribuição social		(35.015)	61.559
Ativo fiscal diferido		25.807	77.675
<b>Participação nos lucros</b>		<b>(12.947)</b>	<b>(20.371)</b>
<b>Resultado líquido</b>		<b>68.464</b>	<b>(220.403)</b>
<b>Resultado das instituições não líderes do conglomerado</b>		<b>2.412</b>	<b>(505)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Resultado líquido</b>	<b>68.464</b>	<b>(220.403)</b>
<b>Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado</b>		
<b>Ativos financeiros</b>		
Variação do valor justo	(18.358)	7.165
Efeito dos tributos	3.900	(3.224)
<b>Hedge</b>		
Variação do valor justo	1.136	8.504
Efeito dos tributos	-	(3.827)
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>(13.322)</b>	<b>8.618</b>
<b>Resultado abrangente</b>	<b>55.142</b>	<b>(211.785)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Lucro / (prejuízos) acumulados	Subtotal	Participação instituições não líderes	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>2.130.001</b>	<b>5.736</b>	<b>(39.180)</b>	<b>2.096.557</b>	<b>136.775</b>	<b>2.233.332</b>
Resultado líquido		-	-	(219.898)	(219.898)	(505)	(220.403)
Outros resultados abrangentes	15.d	-	8.856	-	8.856	(238)	8.618
Ajuste participação controlada PicPay		-	-	840	840	-	840
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>		<b>2.130.001</b>	<b>14.592</b>	<b>(258.238)</b>	<b>1.886.355</b>	<b>136.032</b>	<b>2.022.387</b>
<b>Mutações do período</b>		-	<b>8.856</b>	<b>(219.058)</b>	<b>(210.202)</b>	<b>(743)</b>	<b>(210.945)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>2.130.001</b>	<b>5.736</b>	<b>(39.180)</b>	<b>2.096.557</b>	<b>136.775</b>	<b>2.233.332</b>
Constituição de capital		-	-	-	-	3.000	3.000
Resultado líquido		-	-	(248.430)	(248.430)	(1.079)	(249.509)
Outros resultados abrangentes	15.d	-	8.681	-	8.681	(310)	8.371
Ajuste participação controlada PicPay		-	-	903	903	-	903
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>2.130.001</b>	<b>14.417</b>	<b>(286.707)</b>	<b>1.857.711</b>	<b>138.386</b>	<b>1.996.097</b>
<b>Mutações do período</b>		-	<b>8.681</b>	<b>(247.527)</b>	<b>(238.846)</b>	<b>1.611</b>	<b>(237.235)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>2.130.001</b>	<b>14.417</b>	<b>(286.707)</b>	<b>1.857.711</b>	<b>138.386</b>	<b>1.996.097</b>
Aumento de capital		100.000	-	-	100.000	10.000	110.000
Capital a realizar		-	-	-	-	(3.600)	(3.600)
Resultado líquido		-	-	66.052	66.052	2.412	68.464
Outros resultados abrangentes	15.d	-	(13.322)	-	(13.322)	-	(13.322)
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>		<b>2.230.001</b>	<b>1.095</b>	<b>(220.655)</b>	<b>2.010.441</b>	<b>147.198</b>	<b>2.157.639</b>
<b>Mutações do período</b>		<b>100.000</b>	<b>(13.322)</b>	<b>66.052</b>	<b>152.730</b>	<b>8.812</b>	<b>161.542</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
<b>Fluxos de caixa provenientes das operações</b>			
<b>Resultado líquido</b>		<b>68.464</b>	<b>(220.403)</b>
<b>Ajustes ao resultado líquido</b>		<b>329.621</b>	<b>285.882</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		113.409	162.921
Resultado de participações em controladas		29.900	43.589
Depreciações e amortizações		129.343	60.395
Variação cambial		71.844	(48.520)
(Lucro) / prejuízo na alienação de valores e bens		(864)	194
Ativo fiscal diferido		(25.807)	(77.675)
Constituição / (reversão) da provisão para contingências cíveis e trabalhistas		(3.195)	(440)
Constituição / (reversão) da provisão para participação nos lucros e resultados		12.947	20.371
Ajuste ao valor justo em instrumentos financeiros		7.150	124.210
Constituição / (reversão) da provisão para redução ao valor recuperável de ativos		(5.106)	-
Demais ajustes		-	837
<b>Resultado líquido ajustado</b>		<b>398.085</b>	<b>65.479</b>
<b>Variações patrimoniais</b>		<b>1.486.463</b>	<b>310.962</b>
(Aumento) / redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(104.195)	(59.403)
(Aumento) / redução em título e valores mobiliários para negociação		1.548.110	(1.168.472)
(Aumento) / redução em instrumentos financeiros derivativos		19.396	(74.600)
Variação líquida em relações interfinanceiras		1.038.604	(211.245)
(Aumento) / redução em carteira de crédito		(1.915.141)	97.516
(Aumento) / redução em outros instrumentos financeiros		90.191	(65.408)
(Aumento) / redução em ativos fiscais		5.116	19.929
(Aumento) / redução em outros ativos		(233.135)	(131.277)
(Redução) / aumento em passivos financeiros		1.034.742	1.986.539
(Redução) / aumento em passivos fiscais		63.556	(100.384)
(Redução) / aumento em provisões		6.390	879
(Redução) / aumento em outros passivos		(49.992)	36.366
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.179)	(19.478)
<b>Caixa gerado / (utilizado) nas operações</b>		<b>1.884.548</b>	<b>376.441</b>
<b>Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimentos</b>			
(Aquisição / aumento) em investimentos		-	(67.211)
Alienação / redução de investimentos		52.655	-
(Aquisição) de imobilizado de uso		(14.708)	(53.884)
Alienação de imobilizado de uso		293	8.802
(Aquisição / ativação) de intangíveis		(43.551)	(121.559)
Alienação / baixa de intangíveis		111.346	241
(Aquisição / aumento) / alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(2.269.815)	(577.208)
<b>Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimentos</b>		<b>(2.163.780)</b>	<b>(810.819)</b>
<b>Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital		100.000	-
Participação das instituições não líderes do conglomerado		6.400	(236)
<b>Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de financiamento</b>		<b>106.400</b>	<b>(236)</b>
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(172.832)</b>	<b>(434.614)</b>
Saldo inicial	4	353.313	1.270.272
Saldo final	4	180.481	835.658
<b>Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(172.832)</b>	<b>(434.614)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

### 1. Contexto Operacional

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento; do Banco Original do Agronegócio S.A., autorizado pelo BACEN a operar sob a forma de banco múltiplo; e da Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A., instituição autorizada pelo BACEN, que opera na forma de uma plataforma peer to peer, promovendo o investimento e o crédito entre pessoas físicas.

### 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A Administração destaca a adoção da Resolução BCB nº 2 do BACEN, o que resultou em alteração da apresentação, nomenclaturas e grupamentos do balanço patrimonial, tais como ativos financeiros, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões. As contas passaram a ser apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporciona informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações financeiras. Tais alterações não impactaram o resultado ou o patrimônio líquido, tampouco geraram impacto material à comparabilidade dos saldos.

Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A realização desses valores pode divergir do estimado e, nesse caso, revisões serão reconhecidas prospectivamente.

Os principais valores que possuem risco de gerar ajuste em períodos subsequentes são:

- Provisões e contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Determinados critérios de provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Expectativa de consumo de créditos tributários, conforme estimativa de disponibilidade de lucro tributável futuro.

## Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas

Entidade coligada	Atividade	Ações ordinárias e cotas	30/06/2021 Participação	31/12/2020 Participação
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	885.550	19,90%	19,90%

Entidades controladas	Atividade	Ações ordinárias e cotas	30/06/2021 Participação	31/12/2020 Participação
Original Asset Management Ltda	Administração de carteiras / fundos	1.999.800	–	99,99%
Original App Ltda	Prestação de serviços	3.449.655	99,99%	99,99%
PicPay Serviços S.A	Instituição de pagamento	10.276	–	22,69%
Original Investimentos Imobiliários	Investimentos imobiliárias	99.999	99,99%	99,99%

Entidades consolidadas nas demonstrações financeiras			30/06/2021	31/12/2020
	Atividade	Ações	Participação	Participação
<b>Agência no exterior</b>				
Banco Original <i>Cayman Island Branch</i>	Instituição financeira / agência no exterior	–	100,00%	100,00%
<b>Não controladas</b>				
Banco Original do Agronegócio S.A	Instituição financeira	102.192.983	–	–
Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A	Sociedade de empréstimo entre pessoas físicas	3.000.000	–	–

### Descrição das principais práticas de consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram adotados critérios para a consolidação em conformidade com o COSIF, especificamente em relação às normas do conglomerado.

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado líquido das entidades que compõem as demonstrações consolidadas são:

Instituição Líder do Conglomerado Banco Original		
	30/06/2021	31/12/2020
Total do Ativo	16.973.771	15.248.766
Total do Passivo	14.963.329	13.391.054
Patrimônio Líquido	2.010.442	1.857.712
Resultado Líquido	66.052	(248.430)

Demais instituições integrantes do Conglomerado				
	Banco Original do Agronegócio		Crednovo	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Total do Ativo	165.344	158.403	3.683	1.568
Total do Passivo	20.921	21.070	907	514
Patrimônio Líquido	144.423	137.333	2.776	1.054
Resultado Líquido	7.090	868	(4.678)	(1.946)

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de agosto de 2021.

### 3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

#### a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo princípio da competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, incluindo efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

#### c) Ativos financeiros

##### c.1) Instrumentos financeiros

##### c.1.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

### **c.1.2) Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios:

- Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Os títulos são considerados como ativo circulante independentemente de sua data de vencimento;
- Títulos disponíveis para venda - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do Patrimônio Líquido sob o título de “outros resultados abrangentes” e esses ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação no resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

### **c.1.3) Derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- *Hedge* de investimento no exterior e *hedge* de fluxo de caixa - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

#### **c.1.4) Carteira de crédito**

##### **c.1.4.1) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela regulamentação vigente, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da regulamentação vigente, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN.

#### **c.1.5) Outros instrumentos financeiros**

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base pro rata dia, incorridos até a data do balanço.

#### **d) Ativos fiscais diferidos**

Constituídos com base nas alíquotas vigentes. Os créditos sobre adições temporárias, quando aplicável, são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período base.

#### **e) Investimentos**

Os investimentos em sociedade coligadas e controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas. Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

**f) Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - dez anos.

**g) Intangível**

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido de forma linear das amortizações calculadas à taxa de 10% a.a. ou de acordo com a sua vida útil.

**h) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos**

É reconhecido como perda o valor de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

As perdas com impairment, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

**i) Outros ativos**

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base pro rata dia, incorridos até a data do balanço.

**j) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

**k) Passivos financeiros****k.1) Depósitos, demais instrumentos financeiros e outros instrumentos financeiros**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

**l) Provisões****l.1) Passivos contingentes - cíveis, trabalhistas e fiscais**

Quando o risco é considerado possível, são divulgadas nas demonstrações financeiras dada a incerteza de a entidade ter a obrigação que resulte em saída de recursos.

Quando o risco é considerado provável, são reconhecidas nas demonstrações financeiras em virtude de serem obrigações presentes, com probabilidade de desembolso de recursos.

**m) Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL**

Nas instituições financeiras a provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 20%.

**n) Programa de integração social - PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS**

Nas instituições financeiras o PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas, podendo deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em “despesas tributárias”

**o) Outros passivos**

Demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

**p) Resultado recorrente e não recorrente**

Resultado recorrente corresponde as atividades típicas do conglomerado e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Resultado não recorrente está relacionado com as atividades atípicas do conglomerado e não há previsão de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

**q) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações financeiras e a data de sua emissão, sendo divulgados em conformidade com a regulamentação vigente.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

<b>Composição</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>180.481</b>	<b>40.323</b>
Em moedas estrangeiras	177.065	36.085
Em moeda nacional	3.416	4.238
<b>Aplicações no mercado aberto - Posição bancada<sup>(1)</sup></b>	<b>-</b>	<b>312.990</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	312.990
<b>Total</b>	<b>180.481</b>	<b>353.313</b>

<sup>(1)</sup> Operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

## 5. Ativos Financeiros

### 5.1. Instrumentos financeiros

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez	30/06/2021		31/12/2020
	Até 3 meses	Total	Total
<b>Aplicações no mercado aberto</b>	-	-	312.990
<b>Posição bancada</b>	-	-	312.990
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	312.990
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	238.155	238.155	8.917
<b>Aplicações em moedas estrangeiras</b>	-	-	125.043
<b>Total</b>	<b>238.155</b>	<b>238.155</b>	<b>446.950</b>

**b) Títulos e valores mobiliários**

b.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de custo e de mercado			Sem				30/06/2021	31/12/2020
Nível	Valor de custo	Marcação a mercado	vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo / contábil	Valor justo / contábil
<b>1 - Títulos para negociação</b>	<b>944.468</b>	<b>(3.493)</b>	<b>40</b>	<b>24.043</b>	<b>271.992</b>	<b>644.900</b>	<b>940.975</b>	<b>2.500.503</b>
<b>Carteira própria</b>								
<b>Títulos públicos</b>	<b>510.209</b>	<b>(2.300)</b>	-	<b>24.043</b>	<b>150.319</b>	<b>333.547</b>	<b>507.909</b>	<b>2.202.668</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	197.421	99	-	24.043	21.776	151.701	197.520	287.517
Letras do Tesouro Nacional - LTN	312.788	(2.399)	-	-	128.543	181.846	310.389	1.915.151
<b>Títulos privados</b>	<b>73</b>	<b>30</b>	<b>40</b>	-	<b>63</b>	-	<b>103</b>	<b>14.194</b>
Ações de companhias abertas(1)	10	30	40	-	-	-	40	14.107
Debêntures	63	-	-	-	63	-	63	87
<b>Vinculados a compromissos de recompra</b>								
<b>Títulos públicos</b>	<b>111.635</b>	<b>(1.282)</b>	-	-	<b>110.353</b>	-	<b>110.353</b>	<b>206.720</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	111.635	(1.282)	-	-	110.353	-	110.353	206.720
<b>Títulos privados</b>	<b>9.829</b>	<b>(4)</b>	-	-	<b>9.825</b>	-	<b>9.825</b>	<b>10.014</b>
Debêntures	9.829	(4)	-	-	9.825	-	9.825	10.014
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>								
<b>Títulos públicos</b>	<b>312.722</b>	<b>63</b>	-	-	<b>1.432</b>	<b>311.353</b>	<b>312.785</b>	<b>66.907</b>
Letras Financeira do Tesouro - LFT	311.273	80	-	-	-	311.353	311.353	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.449	(17)	-	-	1.432	-	1.432	66.907
<b>2 - Títulos disponíveis para venda</b>	<b>3.679.735</b>	<b>(8.201)</b>	<b>1.627.679</b>	-	<b>47.736</b>	<b>1.996.119</b>	<b>3.671.534</b>	<b>1.416.178</b>
<b>Carteira própria</b>								
<b>Títulos públicos</b>	<b>1.899.432</b>	<b>(6.634)</b>	-	-	<b>26.064</b>	<b>1.866.734</b>	<b>1.892.798</b>	<b>817.320</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	26.621	(557)	-	-	26.064	-	26.064	43.171
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.872.811	(6.077)	-	-	-	1.866.734	1.866.734	774.149
<b>Títulos privados</b>	<b>1.608.153</b>	<b>(226)</b>	<b>1.602.568</b>	-	-	<b>5.359</b>	<b>1.607.927</b>	<b>545.455</b>
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	5.585	(226)	-	-	-	5.359	5.359	6.489
Cotas de fundos	1.602.568	-	1.602.568	-	-	-	1.602.568	538.966
<b>Vinculados a compromissos de recompra</b>								
<b>Títulos públicos</b>	<b>49.647</b>	<b>(219)</b>	-	-	-	<b>49.428</b>	<b>49.428</b>	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	49.647	(219)	-	-	-	49.428	49.428	-
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>								
<b>Títulos públicos</b>	<b>97.392</b>	<b>(1.122)</b>	-	-	<b>21.672</b>	<b>74.598</b>	<b>96.270</b>	<b>28.599</b>
Letras do Tesouro Nacional - LTN	22.135	(463)	-	-	21.672	-	21.672	4.796
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	75.257	(659)	-	-	-	74.598	74.598	23.803
<b>Outros</b>	<b>25.111</b>	-	<b>25.111</b>	-	-	-	<b>25.111</b>	<b>24.804</b>
Cotas de fundos	25.111	-	25.111	-	-	-	25.111	24.804
<b>Total</b>	<b>4.624.203</b>	<b>(11.694)</b>	<b>1.627.719</b>	<b>24.043</b>	<b>319.728</b>	<b>2.641.019</b>	<b>4.612.509</b>	<b>3.916.681</b>

(1) Ações da JBS S.A.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados e as ações na B3.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não havia títulos mantidos até o vencimento e instrumentos mensurados no nível 3.

Não houve reclassificação de títulos entre as categorias no semestre findo em 30 de junho de 2021.

b.2) Resultado	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado em títulos de renda fixa	110.353	179.189
Resultado em títulos no exterior	7.794	18.532
Resultado em títulos de renda variável	3.735	4.595
Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez	968	33.926
<b>Total</b>	<b>122.850</b>	<b>236.242</b>

### b.3) Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia do valor justo nos níveis:

- 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.
- 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.
- 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

### c) Composição da carteira por indexador

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções padronizadas** - Cotações em bolsas;
- **Swaps e NDF** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

c.1) Composição da carteira por indexador	30/06/2021		31/12/2020			
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
<b>1 - Non deliverable forward</b>						
Posição ativa	602.309	34.054	32.957	991.616	64.486	61.984
Prefixado	-	-	-	-	-	(31)
Dólar	602.309	34.054	32.957	990.697	64.486	62.015
Euro	-	-	-	919	-	-
<b>Posição passiva</b>	<b>602.309</b>	<b>(6.077)</b>	<b>(5.238)</b>	<b>991.616</b>	<b>(2.839)</b>	<b>(2.131)</b>
Prefixado	602.309	(6.077)	(5.238)	991.616	(2.839)	(2.131)
<b>Diferencial líquido</b>	<b>-</b>	<b>27.977</b>	<b>27.719</b>	<b>-</b>	<b>61.647</b>	<b>59.853</b>
<b>2 - Swap</b>						
<b>Posição ativa</b>	<b>584.817</b>	<b>11.439</b>	<b>22.234</b>	<b>594.749</b>	<b>8.679</b>	<b>17.149</b>
Prefixado	151.773	4.380	2.783	237.820	64	2.166
CDI	304.814	2.106	11.258	284.701	190	4.410
Dólar	128.230	4.953	8.193	72.228	8.425	10.573
<b>Posição passiva</b>	<b>584.817</b>	<b>(1.169)</b>	<b>(1.024)</b>	<b>594.749</b>	<b>(13.822)</b>	<b>(14.082)</b>
Prefixado	340.344	(1.169)	(872)	284.701	(72)	(429)
CDI	69.725	-	(152)	88.734	-	-
Dólar	174.748	-	-	221.314	(13.750)	(13.653)
<b>Diferencial líquido</b>	<b>-</b>	<b>10.270</b>	<b>21.210</b>	<b>-</b>	<b>(5.143)</b>	<b>3.067</b>
<b>3 - Futuros</b>						
<b>Posição ativa</b>	<b>2.516.803</b>	-	-	<b>2.999.674</b>	-	-
DI	351.500	-	-	891.400	-	-
DDI	773.893	-	-	1.444.683	-	-
Dólar	1.391.410	-	-	660.412	-	-
Euro	-	-	-	3.179	-	-
<b>Posição passiva</b>	<b>4.333.035</b>	-	-	<b>5.517.299</b>	-	-
DI	2.776.600	-	-	3.625.700	-	-
DDI	1.544.571	-	-	1.891.599	-	-
Euro	11.864	-	-	-	-	-

<b>c.2) Composição da carteira por vencimento e valor diferencial</b>					
<b>Diferencial a receber / (pagar) ao valor justo</b>	<b>Até 3 Meses</b>	<b>De 3 a 12 Meses</b>	<b>Acima de 12 Meses</b>	<b>30/06/2021 Total</b>	<b>31/12/2020 Total</b>
<i>Non deliverable forward</i>	20.792	6.927	-	27.719	59.853
<i>Swap</i>	2.074	6.274	12.862	21.210	3.067
<b>Total</b>	<b>22.866</b>	<b>13.201</b>	<b>12.862</b>	<b>48.929</b>	<b>62.920</b>

<b>c.3) Resultado com derivativos</b>	<b>01/01 a 30/06/2021</b>	<b>01/01 a 30/06/2020</b>
DDI <sup>(1)</sup>	52.753	(899.015)
DI	24.069	7.244
<i>Swap</i>	6.458	(12.752)
Futuro de dólar	4.472	-
Moedas	2.262	2.381
Índice	273	139
Milho	-	46
BGI	-	(906)
S&P	(138)	-
Opções	(787)	1.305
<i>Non deliverable forward</i>	(17.766)	185.432
Dólar	(89.706)	27.384
<b>Total</b>	<b>(18.110)</b>	<b>(688.742)</b>

<sup>(1)</sup> Os instrumentos DDI contratados junto à B3 têm basicamente a finalidade de compensar riscos decorrentes da exposição de ativos financeiros à variação cambial.

#### **c.4) Hedge de investimento líquido no exterior**

O Conglomerado contrata instrumentos derivativos na gestão de riscos da variação cambial do seu investimento em agência do Banco Original nas Ilhas Cayman, cuja moeda de suas operações é o dólar e documenta a relação entre instrumento de *hedge* desse investimento, bem como os testes de efetividade de forma contínua.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos têm seu componente eficaz contabilizado no patrimônio líquido e o componente ineficaz no resultado. No semestre findo em 30 de junho de 2021, o valor eficaz foi de R\$ 3.658 líquidos dos efeitos tributários e o impacto no resultado do componente inefetivo foi de R\$ 16.002 (R\$ 1.824 no semestre findo em 30 de junho de 2020) contabilizado na rubrica de resultado em instrumentos financeiros derivativos.

### **c.5) Hedge de risco de mercado**

As operações objeto de proteção através de estruturas de *hedge accounting* são captações pré-fixadas com prazo superior a 2 anos realizadas pelo Conglomerado, excluindo seu *spread* de crédito.

Instrumentos de *hedge* são contratos de DI1 futuro negociados na B3, registrados no Original e identificados, na sua originação, como pertencentes à estratégia de *hedge accounting*. O gerenciamento do *hedge* não é feito operação por operação, mas sim para o conjunto de captações (objetos de *hedge*) originadas em determinado período (safra mensal, que pode ser alterada em função do volume de novas operações, de acordo com a avaliação da Administração).

A estratégia de *hedge* de risco de mercado passa por evitar oscilações temporais de resultado oriundos de variações no mercado de juros em reais. Uma vez que esse risco é compensado, o que se procura é indexar a carteira ao DI, através da utilização dos derivativos (DI1 futuro).

O *hedge* é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado, procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes.

Caso a efetividade seja comprovada dentro do intervalo de 80 a 125%, tanto o instrumento de *hedge* (derivativo), quanto o objeto de *hedge* (captações pré-fixadas com prazos superiores a 2 anos) são mensurados a valor justo, e o efeito do ajuste ao valor justo é reconhecido em resultado.

Tal prática será descontinuada prospectivamente caso: i) o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, terminado ou exercido; ii) o *hedge* deixar de satisfazer as condições de efetividade; e iii) for revogada a designação.

A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de risco de mercado têm seu registro contábil no resultado. Em 30 de junho de 2021, o valor do passivo ajustado a valor justo é devedor de R\$ 32.711 (R\$ 25.086 em 31 de dezembro de 2020), gerando uma receita no semestre de R\$ 57.719 (despesa de R\$ 16.696 no primeiro semestre de 2020). A taxa de efetividade do *hedge* foi de 118,10%.

#### d) Relações interfinanceiras

##### d.1) Composição ativo 30/06/2021 31/12/2020

#### Ativo

#### Créditos vinculados

<b>Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil</b>	<b>44.328</b>	<b>22.332</b>
Pagamentos instantâneos	30.515	8.990
Microfinanças	9.552	6.953
Moeda eletrônica	4.261	6.229
Correspondentes no país	-	160

#### Pagamentos e recebimentos a liquidar

<b>Direitos junto a participantes do sistema de liquidação</b>	<b>610.287</b>	<b>1.157.930</b>
Recebíveis de transação de pagamento <sup>(1)</sup>	607.839	1.157.930
Cheque e outros papéis remetidos	2.448	-

<b>Total</b>	<b>654.615</b>	<b>1.180.262</b>
Circulante	654.615	1.180.262

##### d.2) Composição passivo 30/06/2021 31/12/2020

<b>Direitos junto a participantes do sistema de liquidação</b>	<b>46.491</b>	<b>74</b>
Cheque e outros papéis recebidos	46.491	74
<b>Transações de pagamento</b>	<b>944.457</b>	<b>477.917</b>
Cartões de crédito	944.457	477.917
<b>Total</b>	<b>990.948</b>	<b>477.991</b>
Circulante	990.948	477.991

<sup>(1)</sup> Refere-se basicamente aos valores a receber junto as participantes de arranjo de pagamento

**e) Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito**

<b>e.1) Composição da carteira por produto</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Operações de crédito</b>	<b>6.527.697</b>	<b>5.207.202</b>
Empréstimos	4.227.544	2.682.259
Financiamentos à exportação	1.817.385	2.021.735
Financiamentos rurais e agroindustriais	262.403	212.392
Financiamentos imobiliários	121.220	141.350
Títulos descontados	98.580	146.819
Adiantamentos a depositantes	565	2.647
<b>Outros créditos com características de concessão de crédito</b>	<b>2.958.232</b>	<b>2.475.995</b>
Direitos creditórios	2.037.868	1.956.194
Operações com cartões de crédito	893.667	458.763
Outros	26.697	61.038
<b>Subtotal</b>	<b>9.485.929</b>	<b>7.683.197</b>
<b>Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b>	<b>(318.711)</b>	<b>(249.207)</b>
<b>Total</b>	<b>9.167.218</b>	<b>7.433.990</b>
Circulante	6.640.938	6.548.691
Não circulante	2.526.280	885.299

<b>e.2) Resultado de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito</b>	<b>01/01 a 30/06/2021</b>	<b>01/01 a 30/06/2020</b>
Rendas de empréstimos	522.311	294.371
Rendas de financiamentos	147.579	754.854
Rendas de títulos descontados	9.358	10.435
Rendas de adiantamentos a depositantes	362	117
Outros	6	(2.457)
<b>Total</b>	<b>679.616</b>	<b>1.057.320</b>

e.3) Composição da carteira por ramo de atividade	30/06/2021	Concentração	31/12/2020	Concentração
<b>Setor Privado</b>				
Pessoas físicas	3.188.460	33,61%	1.564.019	20,36%
Comércio	2.344.684	24,72%	2.322.372	30,23%
Rural	2.084.931	21,98%	2.200.011	28,63%
Serviços	1.060.916	11,18%	768.277	10,00%
Financeiro	220.806	2,33%	146.007	1,90%
Indústria	197.113	2,08%	409.834	5,33%
Outros	389.019	4,10%	272.677	3,55%
<b>Total</b>	<b>9.485.929</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.683.197</b>	<b>100,00%</b>

**e.4) Composição da carteira por níveis de risco e prazos de vencimento**

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2021	31/12/2020
<b>Operações em curso normal</b>											
<b>Parcelas vincendas</b>	<b>2.003.565</b>	<b>5.695.758</b>	<b>375.631</b>	<b>320.717</b>	<b>83.988</b>	<b>137.273</b>	<b>26.580</b>	<b>25.760</b>	<b>67.140</b>	<b>8.736.412</b>	<b>7.287.348</b>
1 a 30 dias	635.588	2.961.389	100.901	86.925	2.513	1.322	925	798	5.250	3.795.611	3.113.855
31 a 60 dias	73.230	264.121	14.749	5.573	312	134	125	107	76	358.427	567.579
61 a 90 dias	36.820	304.561	35.171	4.857	692	257	209	123	175	382.865	193.272
91 a 120 dias	125.692	132.700	52.024	43.139	602	216	133	67	81	354.654	269.406
121 a 150 dias	284.520	281.473	28.000	11.351	621	256	191	95	175	606.682	250.354
151 a 180 dias	647.084	168.094	16.302	29.888	913	483	319	143	117	863.343	1.089.824
181 a 360 dias	142.354	415.182	16.429	11.200	6.767	3.136	2.638	1.300	32.987	631.993	790.407
Acima de 360 dias	58.277	1.168.238	112.055	127.784	71.568	131.469	22.040	23.127	28.279	1.742.837	1.012.651
<b>Parcelas vencidas</b>	<b>-</b>	<b>177.004</b>	<b>31.428</b>	<b>36.126</b>	<b>12.588</b>	<b>5.067</b>	<b>3.530</b>	<b>2.000</b>	<b>2.481</b>	<b>270.224</b>	<b>268.173</b>
Até 14 dias	-	177.004	31.428	36.126	12.588	5.067	3.530	2.000	2.481	270.224	268.173
<b>Subtotal</b>	<b>2.003.565</b>	<b>5.872.762</b>	<b>407.059</b>	<b>356.843</b>	<b>96.576</b>	<b>142.340</b>	<b>30.110</b>	<b>27.760</b>	<b>69.621</b>	<b>9.006.636</b>	<b>7.555.521</b>
<b>Operações em curso anormal</b>											
<b>Parcelas vencidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>63.232</b>	<b>131.221</b>	<b>113.710</b>	<b>63.310</b>	<b>41.167</b>	<b>13.555</b>	<b>53.098</b>	<b>479.293</b>	<b>127.676</b>
15 a 30 dias	-	-	63.232	35.981	8.456	2.816	2.645	761	1.709	115.600	15.958
31 a 60 dias	-	-	-	95.240	14.191	5.018	2.142	764	1.128	118.483	20.464
61 a 90 dias	-	-	-	-	91.063	15.756	10.748	4.605	3.197	125.369	15.331
91 a 120 dias	-	-	-	-	-	39.720	7.452	1.057	3.145	51.374	12.791
121 a 150 dias	-	-	-	-	-	-	18.180	752	3.611	22.543	8.775
151 a 180 dias	-	-	-	-	-	-	-	5.616	2.803	8.419	8.994
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	37.505	37.505	45.363
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>63.232</b>	<b>131.221</b>	<b>113.710</b>	<b>63.310</b>	<b>41.167</b>	<b>13.555</b>	<b>53.098</b>	<b>479.293</b>	<b>127.676</b>
<b>Total</b>	<b>2.003.565</b>	<b>5.872.762</b>	<b>470.291</b>	<b>488.064</b>	<b>210.286</b>	<b>205.650</b>	<b>71.277</b>	<b>41.315</b>	<b>122.719</b>	<b>9.485.929</b>	<b>7.683.197</b>

e.5) Concentração das operações de crédito				% da
	30/06/2021	% da Carteira	31/12/2020	Carteira
Dez maiores devedores	821.043	8,66%	807.938	10,52%
Quarenta maiores devedores seguintes	1.390.072	14,65%	1.710.021	22,26%
Oitenta maiores devedores seguintes	924.856	9,75%	1.406.195	18,30%
Demais devedores seguintes	6.349.958	66,94%	3.759.043	48,92%
<b>Total</b>	<b>9.485.929</b>	<b>100,00%</b>	<b>7.683.197</b>	<b>100,00%</b>

e.6) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito							
Nível de risco	%	30/06/2021		31/12/2020			
		Valor presente das operações	Provisão mínima requerida	Valor presente das operações	Provisão existente		
AA	0%	2.003.565	-	1.426.180	-		
A	0,5%	5.872.762	(29.363)	5.265.266	(26.326)		
B	1,0%	470.291	(4.703)	351.127	(3.511)		
C	3,0%	488.064	(14.642)	254.425	(7.633)		
D	10,0%	210.286	(21.029)	58.722	(5.872)		
E	30,0%	205.650	(61.695)	134.001	(40.200)		
F	50,0%	71.277	(35.639)	28.232	(14.116)		
G	70,0%	41.315	(28.921)	65.370	(51.675)		
H	100,0%	122.719	(122.719)	99.874	(99.874)		
<b>Total</b>		<b>9.485.929</b>	<b>(318.711)</b>	<b>7.683.197</b>	<b>(249.207)</b>		
Circulante				(205.830)	(121.036)		
Não circulante				(112.881)	(128.171)		

e.7) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Saldo inicial</b>			<b>(249.207)</b>	<b>(271.007)</b>
Constituição / reversão			(113.409)	(162.921)
Baixa para prejuízo			43.905	99.185
<b>Saldo final</b>			<b>(318.711)</b>	<b>(334.743)</b>

No semestre findo em 30 de junho de 2021 a recuperação de créditos baixados para prejuízo somou R\$ 13.637 (R\$ 12.175 no semestre findo em 30 de junho de 2020).

No semestre findo em 30 de junho 2021 o volume de créditos renegociados foi de R\$ 846.677 (R\$ 1.080.919 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dessas operações é de R\$ 83.245 em 30 de junho de 2021 (R\$ 80.075 em 31 de dezembro de 2020)

## f) Outros instrumentos financeiros

f.1) Composição	30/06/2021	31/12/2020
Valores Banco 24 Horas e em trânsito	156.846	233.098
Negociação e intermediação de valores	23.261	6.716
Direitos sobre venda de câmbio	19.382	53.015
Rendas a receber de adiantamentos concedidos <sup>(1)</sup>	723	899
Relações interdependências	-	15
<b>Total</b>	<b>200.212</b>	<b>293.743</b>
Circulante	200.212	293.743

<sup>(1)</sup> Compõem o saldo de outros créditos com características de concessão de crédito (Nota 5.1 e.2)

f.2) Resultado em operações de câmbio	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Rendas de câmbio	35.218	202.932
Despesas de câmbio	(36.824)	(124.029)
<b>Total</b>	<b>(1.606)</b>	<b>78.903</b>

## 6. Investimentos

a) Investimentos em participação em controladas					
	31/12/2020	Movimentação de 01/01 a 30/06/2021		30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
	Valor do investimento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital e outros eventos	Valor do investimento	Equivalência patrimonial
<b>Coligada</b>					
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	491	(6.331)	6.950	1.110	(14.356)
<b>Controladas</b>					
Original Asset Management Ltda	3.364	7	(3.371)	-	22
Original App Ltda.	2.848	(9.610)	13.997	7.235	208
PicPay Serviços S.A	84.097	(13.966)	(70.131)	-	(29.463)
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	100	-	(100)	-	-
<b>Total</b>	<b>90.900</b>	<b>(29.900)</b>	<b>(52.655)</b>	<b>8.345</b>	<b>(43.589)</b>

<b>b) Outros investimentos</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos	1.511	1.511
Obras de arte	443	443
<b>Total</b>	<b>1.954</b>	<b>1.954</b>

## 7. Imobilizado

<b>a) Composição</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Sistemas de processamento de dados	130.106	(73.970)	56.136	70.832
Instalações, móveis e equipamentos de uso	60.502	(18.132)	42.370	27.053
Sistemas de segurança e comunicações	2.353	(982)	1.371	1.757
Veículos	148	(148)	-	-
<b>Total</b>	<b>193.109</b>	<b>(93.232)</b>	<b>99.877</b>	<b>99.642</b>

<b>b) Movimentação</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Movimentação de 01/01 a 30/06/2021</b>				<b>30/06/2021</b>
	<b>Saldo contábil</b>	<b>Transferências</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo contábil</b>
Sistemas de processamento de dados	70.832	(18.496)	14.541	(92)	(10.649)	56.136
Instalações, móveis e equipamentos de uso	27.053	18.496	167	-	(3.346)	42.370
Sistemas de segurança e comunicações	1.757	-	-	(201)	(185)	1.371
<b>Total</b>	<b>99.642</b>	<b>-</b>	<b>14.708</b>	<b>(293)</b>	<b>(14.180)</b>	<b>99.877</b>

## 8. Intangível

<b>a) Composição</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Software	981.200	(430.785)	550.415	666.145
Licenças de uso	199.229	(67.288)	131.941	117.888
Mais valia em investimentos em controladas	-	-	-	81.281
<b>Total</b>	<b>1.180.429</b>	<b>(498.073)</b>	<b>682.356</b>	<b>865.314</b>

b) Movimentação	31/12/2020	Movimentação de 01/01 a 30/06/2021			30/06/2021
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo final
Software	666.145	1.980	(20.343)	(97.367)	550.415
Licenças de uso	117.888	41.571	(9.722)	(17.796)	131.941
Mais valia em investimentos em controladas	81.281	-	(81.281)	-	-
<b>Total</b>	<b>865.314</b>	<b>43.551</b>	<b>(111.346)</b>	<b>(115.163)</b>	<b>682.356</b>

## 9. Outros ativos

Composição	30/06/2021	31/12/2020
Valores a receber de sociedades ligadas	177.428	2.404
Bens não de uso próprio - imóveis	153.016	155.604
Devedores diversos no país	96.363	42.085
Despesas pagas antecipadamente	20.006	22.567
Devedores por depósitos em garantia - contingências trabalhistas	12.831	12.408
Devedores por depósitos em garantia - contingências fiscais	10.690	10.576
Adiantamentos salariais	8.470	1.549
Rendas a receber	6.069	2.337
Devedores por depósitos em garantia - contingências cíveis	6.012	5.878
Devedores por compra de valores e bens	1.773	1.773
Adiantamentos a fornecedores	322	1.800
<b>Total</b>	<b>492.980</b>	<b>258.981</b>
Circulante	112.997	73.622
Não circulante	379.983	185.359

## 10. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

Composição	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	(8.607)	(13.713)
Total	(8.607)	(13.713)
<b>Não circulante</b>	<b>(8.607)</b>	<b>(13.713)</b>

## 11. Passivos financeiros

### 11.1. Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Depósitos	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	30/06/2021	31/12/2020
Depósitos à vista	660.269	-	-	-	660.269	551.701
Pessoas jurídicas	373.898	-	-	-	373.898	194.515
Pessoas físicas	267.819	-	-	-	267.819	246.785
Vinculados	15.712	-	-	-	15.712	74.095
Pessoas jurídicas ligadas	2.840	-	-	-	2.840	36.306
Contas pré-pagamento	3.398	-	-	-	3.398	6.105
Depósitos interfinanceiros	-	71.548	37.034	985.198	1.093.780	584.742
Depósitos a prazo	362.099	2.641.885	452.795	3.016.480	6.473.259	6.673.976
Em moeda nacional	362.099	604.804	452.795	3.016.480	4.436.178	4.981.361
Em moeda estrangeira	-	2.037.081	-	-	2.037.081	1.692.615
<b>Total</b>	<b>1.025.766</b>	<b>2.713.433</b>	<b>489.829</b>	<b>4.001.678</b>	<b>8.230.706</b>	<b>7.816.524</b>

CDB são emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 150% do DI (90% e 150% do DI em 31 de dezembro de 2020) e em operações prefixadas entre 2,37% ao ano e 14,7% ao ano (2% e 19,6% ao ano em 31 de dezembro de 2020).

RDB são emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 106% do DI (101,5% e 106% do DI em 31 de dezembro de 2020). Não havia operações prefixadas em 30 de junho de 2021 (2,15% e 19,6% ao ano em 31 de dezembro de 2020).

b) Captações no mercado aberto	Até 3 meses	30/06/2021	31/12/2020
<b>Carteira própria</b>			
<b>Títulos públicos</b>	<b>158.867</b>	<b>158.867</b>	<b>63.191</b>
Letras do Tesouro Nacional	110.000	110.000	63.191
Notas do Tesouro Nacional	48.867	48.867	-
<b>Títulos privados</b>	<b>9.909</b>	<b>9.909</b>	<b>10.004</b>
Debêntures	9.909	9.909	10.004
<b>Total</b>	<b>168.776</b>	<b>168.776</b>	<b>73.195</b>

<b>c) Recursos de aceites e emissão de títulos</b>	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>Acima de 12 meses</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Letras de crédito do agronegócio <sup>(1)</sup>	371.987	1.188.326	962.031	2.522.344	2.120.583
Letras de crédito imobiliária <sup>(2)</sup>	288.838	686.617	1.037.817	2.013.272	1.845.076
Letras financeiras <sup>(3)</sup>	2.677	515.841	58.843	577.361	605.876
<b>Total</b>	<b>663.502</b>	<b>2.390.784</b>	<b>2.058.691</b>	<b>5.112.977</b>	<b>4.571.535</b>

<sup>(1)</sup> Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 80% e 122,4% do DI (80% e 122,4% do DI em 31 de dezembro de 2020). Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 1,95% e 9,55% a.a. (1,31% e 8,6% a.a. em 31 de dezembro de 2020)

<sup>(2)</sup> Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 85% e 122% do DI (90% e 122% do DI em 31 de dezembro de 2020). Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 1,61% e 9,21% a.a. (1,27% e 8,61% a.a. em 31 de dezembro de 2020)

<sup>(3)</sup> Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 100% e 121% do DI (100% e 121% do DI em 31 de dezembro de 2020). Em operações prefixadas, taxa de 22,1% (22,1% em 31 de dezembro de 2020).

<b>d) Resultado</b>	<b>01/01 a 30/06/2021</b>	<b>01/01 a 30/06/2020</b>
<b>Captação com depósitos</b>	<b>(102.530)</b>	<b>(310.278)</b>
Depósitos a prazo	(85.216)	(290.829)
Depósitos interfinanceiros	(17.314)	(19.449)
<b>Captação no mercado aberto</b>	<b>(2.125)</b>	<b>(1.058)</b>
Carteira própria	(2.121)	(1.058)
Carteira de terceiros	(4)	-
<b>Recursos de aceite e emissão de títulos</b>	<b>(103.860)</b>	<b>(78.694)</b>
Letras de crédito do agronegócio	(46.583)	(35.533)
Letras de crédito imobiliária	(43.345)	(36.455)
Letras financeiras	(13.932)	(6.706)
<b>Contribuições ordinárias</b>	<b>(5.572)</b>	<b>(5.463)</b>
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(5.572)	(5.463)
<b>Total</b>	<b>(214.087)</b>	<b>(395.493)</b>

## e) Obrigações por empréstimos e repasses no país

e.1) Composição	30/06/2021	31/12/2020
Funcafé - custeio	-	2.594
Funcafé - capital de giro	-	2.592
<b>Total</b>	-	<b>5.186</b>
Circulante	-	5.186

e.2) Resultado	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Variação cambial	(12)	-
Despesas com repasses instituições oficiais	(9)	(170)
Despesas com banqueiros no exterior	-	(53)
<b>Total</b>	<b>(21)</b>	<b>(223)</b>

f) Outros passivos financeiros	30/06/2021	31/12/2020
Carteira de câmbio passiva	20.751	50.766
Negociação e intermediação de valores	19.062	8.511
Outros	15.703	7.516
<b>Total</b>	<b>55.516</b>	<b>66.793</b>
Circulante	55.516	66.793

## 12. Ativos e passivos fiscais

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>119.986</b>	<b>(359.397)</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(53.994)	161.729
<b>Efeito na apuração dos tributos</b>		
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros	21.127	(68.753)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(1.790)	(98)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(13.501)	(18.911)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(50.886)	(27.022)
Outros	66.694	(53.900)
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>(32.350)</b>	<b>(6.955)</b>
<b>Obrigações fiscais diferidas - imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(44.979)</b>	<b>68.274</b>
<b>Total</b>	<b>(77.329)</b>	<b>61.319</b>
Provisão para imposto de renda	(42.314)	(240)
Provisão para contribuição social	(35.015)	61.559

<b>b) Composição dos ativos correntes</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Contribuição social a compensar	37.937	30.189
Imposto de renda a compensar	24.069	15.234
COFINS a compensar	6	4
PIS a compensar	1	1
Outros	4.798	5.809
<b>Total</b>	<b>66.811</b>	<b>51.237</b>
Circulante	66.811	51.237

<b>c) Composição dos passivos correntes</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Provisão para imposto de renda	17.699	396
Provisão para contribuição social	14.651	312
Impostos e contribuições sobre salários	8.864	12.010
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1.018	2.390
Outros	10.744	4.965
<b>Total</b>	<b>52.976</b>	<b>20.073</b>
Circulante	52.976	20.073

<b>d) Composição dos ativos diferidos</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	263.678	275.642
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	148.422	166.343
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos	37.665	6.250
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	28.222	22.927
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários no resultado	1.662	19.864
Outras diferenças temporárias no resultado	9.482	307
<b>Subtotal</b>	<b>489.131</b>	<b>491.333</b>
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários no patrimônio líquido	3.900	(3.419)
Outras diferenças temporárias no patrimônio líquido	17.379	17.379
<b>Total</b>	<b>510.410</b>	<b>505.293</b>
Circulante	66.851	126.944
Não circulante	443.559	378.349

e) Movimentação dos ativos diferidos	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Saldo inicial</b>	<b>505.293</b>	<b>418.275</b>
Constituições	129.026	109.587
Reversões	(123.909)	(18.243)
<b>Saldo final</b>	<b>510.410</b>	<b>509.619</b>

f) Composição dos passivos diferidos	30/06/2021	31/12/2020
Ajuste ao valor de mercado dos passivos financeiros	14.149	19.679
Outras	19.004	-
<b>Total</b>	<b>33.153</b>	<b>19.679</b>
Circulante	33.153	19.679

g) Movimentação dos passivos diferidos	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Saldo inicial</b>	<b>19.680</b>	<b>85.977</b>
Constituições	41.053	47.717
Reversões	(27.580)	(112.079)
<b>Saldo final</b>	<b>33.153</b>	<b>21.615</b>

h) Expectativa de realização dos ativos diferidos	30/06/2021						
Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Realização projetada	23.889	85.924	96.310	185.655	93.503	3.850	489.131

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

#### i) Valor presente dos ativos diferidos

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2021, considerando a taxa de captação projetada é de R\$ 422.004 (R\$ 453.353 em 31 de dezembro de 2020).

Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 ("MP"), convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em cinco pontos percentuais, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021. A aplicação da referida lei não gerou impactos significativos nas demonstrações financeiras de junho de 2021.

### 13. Provisões

<b>a) Contingências cíveis e trabalhistas</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Provisões cíveis	11.617	9.575
Provisões trabalhistas	51.100	49.947
<b>Total</b>	<b>62.717</b>	<b>59.522</b>
Não circulante	62.717	59.522

#### b) Provisões cíveis

Estas ações são decorrentes de: i) ação com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários; ii) ações de contratos de financiamento; iii) execuções; e iv) ações de indenização por perdas e danos.

Para os processos cíveis elencados na categoria cível massificados (crédito consignado), as provisões são feitas por análise individualizada de processos. As categorias massa especial (ações cíveis oriundas do banco digital), especial (ações cíveis valoradas acima de R\$200mil) são feitas de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

<b>b.1) Movimentação</b>	<b>01/01 a 30/06/2021</b>	<b>01/01 a 30/06/2020</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>9.575</b>	<b>25.891</b>
Constituição	4.097	2.120
Reversão	(2.055)	(14.134)
<b>Saldo final</b>	<b>11.617</b>	<b>13.877</b>

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 6.012 (R\$ 5.878 em 31 de dezembro de 2020).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

#### c) Provisões trabalhistas

São ações movidas pelos sindicatos, associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão para os processos trabalhistas (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) é feita de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

<b>c.1) Movimentação</b>	<b>01/01 a 30/06/2021</b>	<b>01/01 a 30/06/2020</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>49.947</b>	<b>43.408</b>
Constituição	15.258	24.211
Atualização monetária	2.143	1.653
Reversão	(16.248)	(13.410)
<b>Saldo final</b>	<b>51.100</b>	<b>55.862</b>

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 12.831 (R\$ 12.408 em 31 de dezembro de 2020).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

#### **d) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível**

São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

<b>d.1) Composição</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Processos fiscais	63.627	64.108
Processos cíveis	34.637	45.976
Processos trabalhistas	14.005	15.934
<b>Total</b>	<b>112.269</b>	<b>126.018</b>

## 14. Outros passivos

Composição	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para despesas de pessoal	33.601	49.495
Credores diversos - no país	24.467	41.778
Provisão para despesas administrativas	20.204	30.064
Tributos federais a recolher	6.066	355
Resultado de exercícios futuros	2.766	2.946
Tributos municipais a recolher	2.149	457
Provisão para fianças prestadas	1.276	1.605
Valores a pagar de sociedades ligadas	308	-
Outros	-	1.182
<b>Total</b>	<b>90.837</b>	<b>127.882</b>
Circulante	88.071	124.936
Não circulante	2.766	2.946

## 15. Patrimônio líquido

### a) Capital social da instituição líder do conglomerado

O capital social do Banco Original, totalmente subscrito e integralizado é representado por 562.826.073 (537.826.073 em 31 de dezembro de 2020) ações escriturais e sem valor nominal, sendo 531.413.037 (518.913.037 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias e 31.413.036 (18.913.036 em 31 de dezembro de 2020) ações preferenciais.

a.1) Composição	Ordinárias	Preferenciais	30/06/2021	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2020
De Domiciliados no País	2.105.098	124.903	2.230.001	2.053.913	76.088	2.130.001
<b>Total</b>	<b>2.105.098</b>	<b>124.903</b>	<b>2.230.001</b>	<b>2.053.913</b>	<b>76.088</b>	<b>2.130.001</b>

Em 24 de maio de 2021 foi deliberado e aprovado o aumento de R\$ 100.000 no capital social do Banco Original e homologado pelo BACEN em 14 de junho de 2021.

### b) Reserva de lucros

#### b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

### b.2) Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

### c) Dividendos / juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuído sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram deliberados dividendos ou juros sobre o capital próprio.

### d) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido dos efeitos tributários relativo aos títulos públicos e privados disponíveis para venda e *swap* destinado para *hedge* do capital da agência nas Ilhas Cayman, no montante de R\$ 1.095 (R\$ 14.417 em 31 de dezembro de 2020).

## 16. Receitas de prestação de serviços

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Comissões de cartões	58.227	5.082
Cobrança e arrecadações	8.765	19.734
Garantias prestadas	1.847	2.843
Prestação de serviços de assessoria financeira	838	508
Outras	-	10.502
<b>Total</b>	<b>69.677</b>	<b>38.669</b>

## 17. Receitas de tarifas bancárias

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Serviços pessoas jurídicas	21.085	5.862
Pacote de serviços pessoas físicas	11.289	5.210
Serviços diferenciados pessoas físicas	4.727	4.679
Serviços prioritários pessoas físicas	3.153	1.582
Outros serviços	15.782	-
<b>Total</b>	<b>56.036</b>	<b>17.333</b>

## 18. Despesas de pessoal

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Proventos	(110.021)	(104.065)
Encargos	(35.060)	(33.513)
Benefícios	(21.304)	(22.818)
Indenizações trabalhistas	(3.434)	(1.269)
Outras	(679)	(929)
<b>Total</b>	<b>(170.498)</b>	<b>(162.594)</b>

## 19. Outras despesas administrativas

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Serviços do sistema financeiro <sup>(1)</sup>	(187.251)	(108.859)
Depreciações e amortizações	(129.343)	(60.395)
Processamento de dados	(43.736)	(68.766)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(22.684)	(26.187)
Propaganda e publicidade	(15.881)	(6.018)
Aluguéis	(9.164)	(13.985)
Comunicações	(5.869)	(4.185)
Manutenção e conservação de bens	(3.851)	(2.075)
Legais e jurídicas	(3.382)	(984)
Serviços de vigilância e segurança	(1.453)	(1.633)
Indenizações judiciais diversas	(1.252)	-
Seguros	(1.115)	-
Água, energia e gás	(498)	(720)
Transportes e viagens	(408)	(2.903)
Material	(353)	(468)
Promoções e relações públicas	(209)	-
Outras	(12.351)	(7.273)
<b>Total</b>	<b>(438.800)</b>	<b>(304.451)</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se principalmente a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens, comissões, acordos operacionais com a PicPay e outros serviços financeiros.

## 20. Despesas tributárias

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
COFINS	(37.050)	(13.984)
ISS	(6.114)	(2.366)
PIS / PASEP	(5.621)	(2.272)
Outras	(1.317)	-
<b>Total</b>	<b>(50.102)</b>	<b>(18.622)</b>

## 21. Outras receitas

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado na alienação de participações	78.964	-
Recuperação de encargos e despesas	72.342	335
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento <sup>(1)</sup>	56.612	478
Reversão de provisões	9.576	27.534
Lucro na alienação de valores e bens	864	301
Atualização de depósitos judiciais	575	679
Atualização de impostos a compensar	480	547
Outras	43.737	1.906
<b>Total</b>	<b>263.150</b>	<b>31.780</b>

## 22. Outras despesas

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Programa de recompensa em cartões	(12.921)	(10.232)
Constituição de provisões	(12.442)	(22.739)
Outras	(10.137)	(1.842)
<b>Total</b>	<b>(35.500)</b>	<b>(34.813)</b>

## 23. Partes relacionadas

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, os benefícios de curto prazo recebidos pelo pessoal chave da Administração somaram R\$ 14.107 (R\$ 31.676 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde de 2 a 9 meses após o desligamento somaram R\$ 382 no semestre findo em 30 de junho de 2021 (R\$ 1.504 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

O Conglomerado não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

O Conglomerado não concedeu empréstimos ao pessoal chave da Administração no semestre findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

As empresas integrantes do Conglomerado realizam transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados e antecipação de recebíveis. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos a JBS S/A, a JBS Aves Ltda, a Seara Comércio de Alimentos Ltda, a Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A, a Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda e a J&F Investimentos S/A. Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	Empresas do grupo J&F controladora <sup>(1)</sup>	Entidade	Entidades coligadas e controladas <sup>(2)</sup>	Pessoal chave da Administração	Outras partes relacionadas	30/06/2021
<b>Ativos</b>						
Ativos financeiros	4.034.720	-	-	-	-	4.034.720
Outros ativos	46.584	130.557	-	-	-	177.141
<b>Passivos</b>						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	2.828.098	5.877	10.533	30.493	38.356	2.913.357
Outros passivos	55.308	21	221	-	-	55.550
<b>Resultado</b>						<b>01/01 a 30/06/2021</b>
Rendas de operações de crédito	541	-	-	-	-	541
Resultado com títulos e valores mobiliários	60.966	-	-	-	-	60.966
Despesas em operações de captação	(4.428)	(26)	(211)	(483)	(468)	(5.616)
Outras receitas e (despesas)	60.438	77.619	-	-	-	138.057

	Empresas do grupo J&F controladora <sup>(1)</sup>	Entidade	Entidades coligadas e controladas <sup>(2)</sup>	Pessoal chave da Administração	Outras partes relacionadas	30/06/2021
<b>Ativos</b>						
Disponibilidades	143.790	-	76.189	-	-	219.979
Instrumentos financeiros	420.163	-	1.157.930	-	-	1.578.093
Outros ativos	-	-	39.885	-	-	<b>39.885</b>
<b>Passivos</b>						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.101.504	716	45.652	<b>59.775</b>	<b>33.220</b>	<b>1.240.867</b>
Outros passivos	-	-	16.467	-	-	16.467
<b>Resultado</b>						<b>01/01 a 30/06/2020</b>
Resultado com títulos e valores mobiliários	98.581	-	-	-	-	<b>98.581</b>
Despesas em operações de captação	(1.426)	(2)	(43)	<b>(329)</b>	<b>(633)</b>	<b>(2.433)</b>
Outras receitas e (despesas)	(2.907)	-	-	-	-	<b>(2.907)</b>

<sup>(1)</sup> J&F Participações S/A

<sup>(2)</sup> Original Corporate Corretora de Seguros Ltda, Original APP Ltda.

<sup>(3)</sup> Original Corporate Corretora de Seguros Ltda, Original Asset Management Ltda, Original APP Ltda, PicPay Serviços S/A e FIDC PicPay.

## 24. Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução 4.557/17 e da Circular 3.354/07, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* da Instituição. Nesse caso, diariamente,

essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- *Value at risk (VaR)* paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- *Stress test*;
- *Stop loss*.

Aqueles classificados como *banking* possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

<b>Carteira trading</b>	<b>Value at risk</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Fator de risco	Média	Fechamento	Fechamento
Pré-fixado	476	78	351
Boi gordo	0	0	0
Soja	0	0	0
Moedas estrangeiras	1.000	494	196
Índice bolsa	25	0	0
Ação B3	724	2	678
Exposição com correlação	1.133	94	804

<b>Carteira banking</b>	<b>Teste estresse</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Risco	Média	Fechamento	Fechamento
Risco de taxa de juros	57.673	52.745	52.348

Destaca-se que a redução relevante do Value at Risk (VaR) na linha referente ao fator de risco ações foi resultado da diminuição do estoque de ações.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

**Risco de crédito** - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

**Risco de mercado** - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

**Risco de liquidez** - Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

**Risco operacional** - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

#### **a) Gerenciamento de riscos operacionais**

Segundo a Resolução 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição, danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

“Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do banco e conseqüentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na política de gerenciamento de risco operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional.

A área de risco operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o comitê de risco operacional e controles internos.

#### **b) Gerenciamento de riscos de mercado**

O risco de mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução 4.557/17 do BACEN.

A análise de exposição das carteiras do Conglomerado é pautada em processos realizados pela diretoria de riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na política de risco de mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- *VaR* (valor em risco)
- *Stress test*
- *Stop loss*
- Análise de sensibilidade

### **c) Gerenciamento de riscos de liquidez**

As diretrizes da Administração para o processo de risco de liquidez são norteadas pela política de risco de liquidez que é aprovada e revisada pelo CEGIR. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.557/17 do BACEN. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de caixa
- Teste de estresse
- Caixa mínimo

### **d) Gerenciamento de riscos de crédito**

Conforme a Resolução 4.557/17 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O CEGIR é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria de Riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

### **e) Gerenciamento de risco socioambiental**

“Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental, o Conglomerado possui uma política de responsabilidade socioambiental (PRSA) e realiza o acompanhamento contínuo dos princípios, estratégias e diretrizes ali estabelecidos. A PRSA é um instrumento de gestão integrada que abrange:

Estrutura de governança direcionada às questões socioambientais; avaliação e gestão de risco socioambiental; atividades e operações escopo da PRSA, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência; verificação da aderência à PRSA; divulgação e a revisão da PRSA; e capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSA. Faz parte do gerenciamento dos riscos socioambientais as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSA. Para isso, o Conglomerado possui uma estrutura de governança corporativa constituída e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSA. Inclui: Conselho de Administração – órgão máximo da governança, sendo responsável pela aprovação da PRSA, acompanhamento de sua implementação; CEGIR – propor as diretrizes do apetite a risco socioambiental; Comitê de Risco Operacional e Controles Internos (CROCI) – órgão nomeado pelo CEGIR, com a função de tratar questões socioambientais, monitorando e avaliando a PRSA; Comitê de Ética – órgão responsável por tratar questões internas relacionadas a conflitos de interesse e violações do código de ética, códigos de conduta setoriais, políticas, circulares normativas internas, e regulamentação aplicável; as áreas de Controles Internos, Riscos e Compliance, como parte de suas responsabilidades, realiza o monitoramento do cumprimento das disposições da PRSA através da aplicação de metodologia de gerenciamentos de riscos.

## **25. Suficiência de capital**

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.192/13 e 4.193/13 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Conseqüentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Conglomerado Prudencial Original.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A., Offshore Cayman, PicPay Serviços S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay, Original App e Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A.), nos termos da Resolução 4.280, substituindo o conceito de conglomerado financeiro.

	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência Nível I	1.248.136	1.030.622
<b>Patrimônio de referência (Níveis I e II)</b>	<b>1.248.136</b>	<b>1.030.622</b>
<b>RWA - Ativos ponderados pelo risco</b>	<b>12.677.672</b>	<b>10.203.294</b>
RWA <sub>CPAD</sub> (parcela de risco de crédito)	10.869.214	8.653.764
RWA <sub>MPAD</sub> (parcelas de risco de mercado)	136.751	88.309
RWA <sub>OPAD</sub> (parcela de risco operacional)	1.671.707	1.461.221
<b>Índice de Basileia III e II</b>	<b>9,85%</b>	<b>10,1%</b>

Durante o primeiro semestre de 2021, o Conglomerado Prudencial Original mostrou-se enquadrado no limite de capital regulatório e com patrimônio de referência compatível com seu nível de risco. O Conglomerado Prudencial Original divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias, encontra-se no endereço eletrônico [www.original.com.br](http://www.original.com.br). Adicionalmente ao índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor.

## 26. Informações complementares

### a) Garantias prestadas

Em 30 de junho de 2021, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros, mediante comissão, somam R\$ 247.342 (R\$ 280.829 em 31 de dezembro de 2020), que estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias dadas pelos beneficiários.

	30/06/2021		31/12/2020	
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	247.342	1.276	262.429	1.487
Outras fianças bancárias	-	-	18.399	118
<b>Total</b>	<b>247.342</b>	<b>1.276</b>	<b>280.828</b>	<b>1.605</b>

### b) Seguros

Em 30 de junho de 2021, as unidades de negócio do Conglomerado estavam seguradas, cuja cobertura total somava R\$ 362.380 (R\$ 427.880 em 31 de dezembro de 2020). O prêmio pago foi de R\$ 889 (R\$ 1.042 em 31 de dezembro de 2020).

### c) Plano de aposentadoria e pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não são aplicáveis as exigências da deliberação CVM 695/12.

### d) Plano de saúde - benefício pós emprego

O Conglomerado é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do acordo coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 30 de junho de 2021 foi de R\$ 675 (R\$ 1.504 em 31 de dezembro de 2020).

### e) Combate aos efeitos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) deveria ser tratado como uma pandemia, devido ao seu alcance global. Diversas ações significativas de governos e entidades do setor privado foram tomadas para combater essa ameaça.

A Administração adotou medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito e aspectos relacionados à adequação de capital.

Cabe destacar que o Conglomerado manteve suas atividades operacionais normalmente, adotando o *home office* como prática para grande parte de seus colaboradores.

Adicionalmente, por se tratar de uma crise sem precedentes, a COVID-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. Assim, a Administração tem avaliado de maneira contínua os riscos e impactos identificados desta pandemia nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das demonstrações financeiras, bem como a manutenção de suas operações.

f) Resultado recorrente e não recorrente	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Resultado líquido</b>	<b>68.464</b>	<b>(220.403)</b>
<b>Resultado não recorrente líquido dos efeitos tributários</b>	<b>42.691</b>	<b>-</b>
Resultado na alienação de participações	42.691	-
<b>Resultado recorrente</b>	<b>25.773</b>	<b>(220.403)</b>

## **27. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de leniência da JBS S/A e J&F Investimentos S/A**

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. (“J&F”), atual acionista indireta das empresas integrantes do Conglomerado, celebrou acordo de leniência com o Ministério Público Federal (“acordo”), comprometendo-se em seu nome e em nome das empresas por ela controladas, a cooperar voluntariamente com o estado, a realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018 e os assessores concluíram que não foram identificadas evidências de que a Administração do Conglomerado ou seus atuais colaboradores realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção.

Em novembro de 2020 foi finalizada a entrega de todas as Investigações Internas das empresas do grupo J&F, cumprindo todos os requerimentos exigidos na investigação e do referido acordo, inclusive, mas não limitado, as empresas do Conglomerado.

## **28. Eventos subsequentes**

Em 13 de julho de 2021 foi deliberado e aprovado o aumento de capital do Banco Original no montante de R\$ 300.000, tendo sido integralizado o montante de R\$ 150.000. Este ato societário foi homologado pelo BACEN em 22 de julho de 2021.

## **Administradores Responsáveis pela Divulgação das Demonstrações Financeiras**

Alexandre Correa Abreu  
Diretor-Presidente

Érico de Arruda Holanda  
Diretor

Marcelo Rosas Betine  
Contador  
CRC 1 PR044644/O-6 “S” SP